

ESTUDO DA TOPONÍMIA URBANA DE IPIRÁ-BA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Luciana Natal Oliveira Santos (UNEB)

luciananatal08@gmail.com

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB)

mteixeira@uneb.br

RESUMO

No presente texto, objetiva-se apresentar algumas considerações sobre o estudo toponímico em desenvolvimento que visa analisar os topônimos designativos nos nomes dos logradouros do município de Ipirá-Ba, verificando a motivação que subjazem da prática nominativa do agrupamento humano em questão. A referida pesquisa enquadra-se na área da Toponímia, ramo da Onomástica que se encarrega de estudar os nomes próprios de lugares. O levantamento dos dados extraídos do mapa digital e impresso, elaborados pela Secretaria de Tributos do Município, revelou um quantitativo significativo de fitotopônimos, nomes motivados pelo léxico de índole vegetal, especialmente nomes referentes à flora brasileira. No entanto, neste estudo, foram analisados os topônimos urbanos referentes à vegetação local de etimologia indígena. A análise dos topônimos encontra-se ancorada nos pressupostos teóricos e metodológicos comumente entregados nas pesquisas desenvolvidas nesta área no Brasil, mormente os trabalhos de Dick (1990b) Sapir (1969) Biderman (2001), Seabra (2012) e Isquerdo (1997).

Palavras-chave:

Fitotoponímia. Ipirá. Toponímia urbana.

ABSTRACT:

The objective of the present text is to present some considerations about the toponymic study in development, that aims to analyze the designative toponyms in the streetnames in the city of Ipirá-Ba, verifying the motivation underlying the nominative practice of the human grouping in question. This research falls with in the area of Toponymy, a branch of Onomastics that is in charge of studying the proper names of places. The survey of data extracted from the digital and printed map, prepared by the Municipal Tax Office, revealed a significant amount of phytotoponyms, names motivated by the plant-based lexicon, especially names referring to Brazilian flora. But this study focusses only on urban toponyms referring to local vegetation of indigenous etymology. The analysis of toponyms is anchored in theoretical and methodological assumptions commonly found in research carried out in this area in Brazil, especially the works of Dick (1990b) Sapir (1969) Biderman (2001), Seabra (2012) and Isquerdo (1997).

Keywords:

Ipirá. Urbantoponymy. Phytotoponymy.

1. Considerações Iniciais

Atribuir nomes aos espaços e aos seres é uma das atividades mais antigas executadas pelo ser humano. A partir dessa ação, o homem vem estruturando o acervo vocabular e assim organizando o mundo físico e cultural do qual faz parte. Neste sentido, Oliveira (2001, p. 109) assevera que “(...) o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa a herança sociocultural de uma comunidade”. Ainda conforme Oliveira (2001, p. 109), o léxico “(...) torna-se testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que a regem”. Ao fazer uso do seu repertório lexical, o homem deixa transparecer seus costumes, suas crenças, seus valores, as ideologias que perpassam seus dizeres, assim como as suas experiências culturais acumuladas ao longo da sua história de vida e do grupo social ao qual encontra-se inserido.

Destarte, o léxico de uma língua natural pode ser compreendido como um conjunto de conhecimento acumulado por um grupo. Nesta perspectiva, Biderman (2001, p. 13) aponta que “(...) a geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavras”.

Os nomes de lugares são saberes relevantes desse acervo vocabular, pois, carregam em si muitos significados sociais, culturais, históricos e ideológicos dos sujeitos que atribuem nome aos lugares e espaços circundantes. Segundo Mori (2007), com o passar do tempo, por meio dos nomes, muito da história local e até mesmo universal vai ficando gravado na memória de um povo.

No que tange as denominações dos espaços urbanos, Mori (2007) afirma que a função dos signos toponímicos é identificar e individualizar um certo referente urbano, seja uma rua, seja uma avenida, uma praça. Sendo assim, os nomes dados para os logradouros públicos constituem também um meio para prestar homenagem a pessoas consideradas ilustres ou dignas de serem homenageadas em um determinado contexto e para um determinado grupo social.

Procurando trilhar por esse caminho instigante e desafiador do léxico toponímico, decidimos definir como objeto de investigação científica, no âmbito da Onomástica, o estudo dos nomes dos logradouros urbanos do município de Ipirá-BA.

O recorte que ora apresentamos faz parte de projeto de dissertação de mestrado em desenvolvimentos no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UNEB, que almeja traçar o perfil das designações dos espaços urbanos da cidade de Ipirá-Bahia. Para o momento, elegemos os signos toponímicos identificados como fitotopônimos característicos do bioma da caatinga e de origem indígena.

2. *Algumas considerações sobre os aspectos fitogeográficos de Ipirá-Ba*

O governo do estado da Bahia, através do decreto nº 12.354, de 26.08.2010, reuniu os municípios em 27 Territórios de Identidade (TI), observando a realidade local e as especificidades de cada região, como, por exemplo, o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições. O município de Ipirá, objeto de nosso estudo, faz parte do Território de Identidade 15-Bacia do Jacuípe. Integram ainda este território os municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, a área territorial de Ipirá correspondia à 3.105,281 km². Conforme o Senso de 2010, a população era de 59.343 pessoas, o que já difere em 2021, neste último, o número de habitantes está estimado em 59.281 pessoas.

O município de Ipirá está inserido na região semiárida do sertão baiano, região marcada historicamente pela escassez de chuvas. São longos os períodos de estiagens, as chuvas são curtas e mal distribuídas, duram de três a cinco meses, quase sempre ocorrem entre janeiro e maio. Segundo estudos, impera um clima semiárido do tipo Bsh, que são tipos caracterizados pela baixa umidade e pouco volume pluviométrico. Para Silva (2014, p.11), “(...) os solos são rasos, argilosos e rochosos na porção cristalina; e na bacia sedimentar são profundos e arenosos”.

Por se encontrar no Polígono das secas, a vegetação corresponde ao ecossistema denominado caatinga, também conhecido como savana estépica. De acordo com Sena (2011), *caatinga* (*caa*: mata e *tinga*: branca) significa no tupi-guarani mata ou floresta branca. Acredita Silva

que a região foi assim denominada pelos índios em função de boa parte das plantas deste bioma perder as folhas na estação seca, sobressaindo na paisagem a aparência clara e esbranquiçada dos troncos de árvores.

De acordo com Silva (2014), a caatinga não é um bioma homogêneo, esta exibe uma diversidade de paisagens. A vegetação se forma num tipo estacional-decidual, com estrato arbóreo e gramíneo-lenhoso periódico e com numerosas plantas suculentas, sobretudo cactáceas. Segundo o banco de dados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Cf. INEMA, 2014), a vegetação de Ipirá foi catalogada como pertencente aos seguintes tipos de caatinga: caatinga arbórea, caatinga arbustiva, floresta estacional, mata ciliar.

Acreditam os estudiosos que a vegetação desse ecossistema se adaptou ao clima seco para se proteger. Algumas espécies armazenam água, como os cactos, outras se caracterizam por apresentarem raízes rasas, o que facilita a absorção do máximo das águas da chuva. Os animais também passaram por processo de adaptação, aprendendo a superar a escassez de água e, conseqüentemente, de alimentação.

No Brasil, a caatinga é um dos biomas menos conhecidos do ponto de vista científico (LCf. EAL *et al.* 2003), conseqüentemente, esta falta de informação não contribui para que sejam desenvolvidas ações de prática sustentável e sua preservação. Tudo isto traz sérios problemas, como, por exemplo, superpastoreio do gado, desmatamento e queimadas, erosão e perda de fertilidade do solo, desertificação e perda significativa da biodiversidade. Nesse sentido, Barbosa(2003) diz que

[...] a questão sócio-econômica da grande parcela da população que vive na Caatinga, é sem dúvida, a causa principal de degradação do ecossistema, haja vista que não desenvolveram, ainda, políticas públicas capazes de promover a sustentabilidade da região, respeitando os principais atores envolvidos no processo, considerando que é uma das regiões semi-áridas mais povoadas do mundo. (BARBOSA, 2003. p. 3)

Cabe destacar aqui que o semiárido brasileiro não representa um ecossistema pobre, inferior, sem vida, ao contrário, trata-se de uma área constituída de bioma rico, porém, degradado devido aos desequilíbrios ambientais, às ações antrópicas, bem como a falta de políticas públicas voltadas para a sua valorização e o seu reconhecimento.

3. *Algumas considerações sobre as bases teóricas*

A linguagem, uma forma de representação da cultura, configura-se em uma herança de valores herdados dos antepassados que integram um grupo sociocultural. O homem se constitui ser social através da linguagem. É também através da linguagem que as sociedades perpetuam todo o saber acumulado ao longo dos anos, transmitindo-o às gerações mais novas os legados culturais que foram urdidos, perpetuando-os, bem como ressignificando por meio da língua. Destarte, Sapir (1969, p. 44), ao tratar da relação entre língua e ambiente, afirma que a língua pode ser entendida como um complexo de símbolos que reflete todo quadro físico e social de uma dada localidade. O referido autor adverte que, neste caso, o ambiente físico refere-se aos aspectos geográficos, ou seja, a topografia, o clima, o regime de chuvas, a fauna, a flora e os recursos minerais presentes no solo. Ao ambiente social, pertencem a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte, por exemplo. Além disso, pode-se acrescer que o meio ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuarem sobre ela as forças sociais (SAPIR, 1969).

Assim sendo, o léxico é o nível da língua que mais deixa transparecer o meio ambiente ao qual o falante está inserido, pois, é através dele que este nomeia tudo a sua volta, registrando e perpetuando todo o saber sociocultural existente no mundo à sua volta. Nesse sentido, pode-se entender o léxico de uma língua natural como um sistema aberto e em constante processo de renovação, sujeito, portanto, a mudanças. Dinamicidade é uma marca característica das sociedades. Tal característica também se faz presente na língua, especialmente porque o homem cria, a todo momento, coisas novas e, conseqüentemente, novos itens lexicais vão surgindo para atender às suas necessidades comunicativas. Segundo Biderman (2001, p. 157), “(...) a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira do nosso percurso científico no conhecimento do universo”.

Neste sentido, Abbade (2015) diz que

[...] o acervo lexical de um povo é construído ao longo de sua história social, política, econômica, religiosa... Enfim, em cada época as palavras se modificam, se ajustam, se acoplam, são esquecidas, são lembradas, são criadas, ajustando sua fonética de acordo com a fala de determinada comunidade, diversificando o seu sentido de acordo com a época vigente, sendo proibida ou permitida de acordo com a sociedade em que esteja inserida [...]. (ABBADE, 2015, p. 97)

Nesta direção, Teixeira (2015) afirma que estudar o léxico de uma língua é enveredar pelas práticas sociais, culturais e linguísticas dos povos que falam a língua objeto da investigação científica. Ainda segundo Teixeira (2017), o cabedal lexical de uma comunidade linguística pode ser estudado sob diferentes perspectivas, como, por exemplo, lexicológico, lexicográfico, terminológico, onomástico. Independentemente da abordagem metodológica, os estudos nesta área do saber revelam muito das práticas sociais e culturais dos povos que a usam uma dada língua.

O estudo aqui apresentado vincula-se à Onomástica, especialmente o ramo denominado toponímia. Este ramo de estudo centra sua atenção às práticas nominativas dos topos, sejam eles nomes de acidentes humanos, localidades (países, estados, cidades, povoados, velas etc.), sejam eles nomes de acidentes físicos (rios, lagos, lagoas, serras, morros, montes).

Os estudos toponímicos realizados no Brasil têm revelado que o ato nominativo dos espaços pelo homem é motivado por diferentes aspectos, dentre eles, o ideológico. Por isso, tal estudo é muito relevante para se conhecer as práticas sociais e culturais de um agrupamento social. Nesse sentido, a nomeação de um topo carrega marcas muito singulares daquele que a nomeou, revelando o modo vida e de este se relacionar no espaço circundante. Segundo Faggion, Dal Corno e Frosi (2008),

[...] os topônimos, ditos ou escritos, são importantes sinais que indicam a cultura, a história e a linguagem de um povo, pois fornecem informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, das pessoas que lá nasceram, trabalharam e viveram, bem como os que mereceram algum tipo de homenagem [...] (FAGGION; DAL CORNO; FROSI, 2008, p. 278)

Dick (1990b) afirma que o topônimo está onerado de uma profunda carga significativa. Para esta autora, um campo toponímico funciona como uma espécie de sítio arqueológico, onde é permitido restaurar, por meio da apreciação dos vestígios linguísticos e dos significados cristalizados nos nomes dos topos, fatos sociais desaparecidos. Assim sendo, os estudos toponímicos poderão contribuir para a compreensão da recuperação do significado de um nome, conhecendo o seu referente e o contexto da nomeação. Nesta perspectiva, Seabra (2006) destaca que

[...] a referência não suscita apenas problemas de sistemática e classificação – as relações são muito mais complexas do que uma relação biunívoca entre palavra e referente – mas também questões históricas e

culturais, uma vez que no universo dos nomes de lugares encontramos registros de um passado, de interesses e visão de mundo comuns de um determinado povo. (SEABRA, 2006, p. 1956)

Partindo destes pressupostos, pode-se entender que dialogar com a referência toponímica é dialogar também com cultura, com a história, com o grupo social, para assim, compreender o topônimo como um enunciado linguístico extraído de uma língua viva e que muito diz daqueles que o utiliza.

4. Algumas considerações sobre dois estudos fitotopônimos realizados no Brasil

Conforme se afirmou anteriormente, ao escolher o nome de batismo de um determinado espaço, seja ele de natureza física, seja ele de natureza humana, o homem busca como motivação o que de mais valioso existe naquela localidade, em consonância com a sua cosmovisão. Neste sentido, os estudos toponímicos realizados no Brasil têm revelado que, além do ideológico, um dos elementos inspiradores para o batismo dos topos é o bioma em entorno do sujeito denominador. Nesta direção, Nunes (1921) diz que

[...] as plantas que mais abundavam ou o arvoredo que em maior quantidade se encontrava nos arredores dos sítios habitados deviam ter exercido influência bastante notável na sua nomenclatura e sido um dos fatores que mais contribuíram para dar aos lugares os seus nomes: não era ela que desempenhava um papel importantíssimo na vida dos seus habitantes, alimentando-os com os seus produtos? (NUNES, 1921, p. 134)

Há um quantitativo significativo de estudos taxionômicos realizados no Brasil que seguem o modelo de classificação taxionômica proposta por Dick (1990). Segundo este modelo teórico-metodológico, os topônimos analisados são classificados em 11 taxes de natureza física, caso a motivação esteja relacionada ao ambiente físico natural, e em 16 taxes de natureza antropocultural, caso a motivação esteja ancorada em aspectos sociais, psíquicas e culturais do homem.

Na toponímia, há uma grande incidência de nomes relacionados à flora, ou seja, nomes motivados pela flora local ou fitotopônimos. Dick (1990a) sinaliza, em seus estudos, para a necessidade de “(...) tentar o seu enquadramento nas características fitogeográficas do ambiente” (DICK, 1990a, p.146). Tais estudos identificaram a presença de fitotopônimos em várias regiões do país, ocorrendo, quase sempre, uma aproximação entre as espécies vegetais encontradas nesses lugares.

Cazarotto (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada *Glossário de Fitotopônimos sul-mato-grossenses*, analisou dados extraídos do Banco de dados do projeto ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul). O estudo resultou na elaboração de 439 verbetes reunidos em um glossário, identificados como fitotopônimos da região de Mato Grosso do Sul, os quais faziam referência a 78 municípios sul-mato-grossenses. De acordo com Cazarotto (2010), os dados analisados apontaram para a relevância da flora nas nomenclaturas, somando-se a isto, o papel expressivo do índio (Tupi/Guarani) e do colonizador (português) na influência da nomeação, mostrando, assim, a força e a representatividade alcançadas por essas etnias na região sul-mato-grossense.

Cazarotto (2020), em *Fitotopônimos: influência da vegetação no processo de nomeação*, ao analisar 1.037 fitotopônimos que nomeiam os acidentes físicos do estado de Mato Grosso do Sul, concluiu que a flora exerce grande influência no homem, quando se trata de nomear o ambiente no qual ele vive, em razão da presença de elementos florísticos dando nomes aos acidentes físicos.

No âmbito do estado da Bahia, cabe destacar os estudos realizados por Silva e Abbade (2020), intitulado *Os fitotopônimos de natureza física da zona rural de Alagoinhas: acidentes humanos*. Segundo as referidas autoras, nos estudos realizados no Território de Identidade 18, foram identificados dezoito fitotopônimos, sendo que a maioria deles correspondiam a flora da região. Os resultados encontrados sinalizam para a importância “[...] da vegetação como parte integrante de um conjunto natural que se insere no bioma da Mata Atlântica, o qual foi amplamente explorado e devastado pelos colonizadores” (SILVA; ABBADE, 2020, p.86).

Reiterando, os estudos toponímicos brasileiros têm revelado a presença significativa dos fitotopônimos na nomeação dos espaços, contudo, ainda são poucos os estudos realizados focalizando mais densamente este elemento motivador, carecendo, portanto, de outros estudos para verificar a presença dos fitotopônimos na nomeação do espaço, seja ele de natureza física ou de natureza antropocultural.

5. *Algumas considerações metodológicas sobre o estudo da toponímia urbana de Ipirá-BA*

Conforme dito nas considerações iniciais, objetiva-se aqui tecer algumas considerações sobre o projeto de dissertação de mestrado em desenvolvimento, cujo objetivo principal é estudar o perfil das designações dos espaços urbanos da cidade de Ipirá-BA. Para o momento, elegemos os signos toponímicos identificados como fitotopônimos característicos do bioma da caatinga e de origem indígena.

O estudo encontra-se ancorado nas bases teóricas e metodológicas da toponímia brasileira, especialmente naquilo que tem sido preconizado por Dick e pelos estudos que seguem a sua proposta de classificação taxonômica.

O processo de coleta de dados para constituição do *corpus* a ser analisado está sendo realizado através da consulta de documentos oficiais como, por exemplo, leis, decretos municipais, mapas, bem como pesquisa de campo, com visitas ao Departamento de Tributos, situado na Prefeitura Municipal do município em estudo, e outros órgãos que possam fornecer informações relevantes para o estudo. Os dados coletados até o momento foram sistematizados em planilhas próprias contendo a designação toponímica, o tipo de acidente, a classificação toponímica.

Ao realizar a catalogação destes logradouros, identificamos um quantitativo significativo de fitotopônimos, nomes motivados pelo léxico de índole vegetal e referente à flora brasileira. Dado o quantitativo e a exiguidade de tempo, selecionamos para ilustrar o estudo que se pretende desenvolver apenas os topônimos urbanos referentes à vegetação local.

Na análise, os signos toponímicos serão descritivos quanto à etimologia, à sua constituição morfológica, e serão classificados consoante à sua motivação designativa. Os dados serão sistematizados em fichas lexicográfico-toponímicas adaptadas do modelo proposto por Dick (1990a). As fichas lexicográfico-toponímicas contemplarão os seguintes itens: **topônimo**: indica-se o nome do logradouro; **taxonomia**: refere-se à classificação taxonômica; **origem**: indica-se a procedência do topônimo (português, indígena, africano ou outro); **estrutura morfológica**: indica-se a composição morfológica dos topônimos (classificando-se em elemento específico simples, elemento específico simples híbrido, elemento específico composto, elemento específico composto híbrido); **informações enciclopédicas**: indica-se outras

informações como, por exemplo, questões históricas, geográficas e culturais; **fonte**: indica-se as referências onde foram feitas as pesquisas elencadas nas fichas; **imagem**: corresponde à fotos das placa com nome do logradouro ou da planta/ flor que representa o topônimo em estudo.

A seguir, oferecemos, a título de exemplificação, a análise descritiva dos signos toponímicos Loteamento Mandacaru, Rua Oiticica, Bairro Tambori, em fichas lexicográfico-toponímicas.

Figura 1: Ficha lexicográfico-toponímica de Loteamento Mandacaru.

TOPÔNIMO	MANDACARU	TAXONOMIA	FITOTOPÔNIMO
ACIDENTE		Humano – Loteamento	
ORIGEM		Do tupi <i>iamanaka'ru</i> (<i>namanaka'ru</i>). Botânica: cardão, jamacaru ou mandacaru, grande cacto de porte arbóreo. (CARVALHO, 1987)	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA		Elemento específico simples (substantivo masculino)	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS		O mandacaru é uma cactácea nativa do Brasil, adaptada às condições climáticas do Semiárido. É planta espinhenta que sobrevive às secas, devido à sua grande capacidade de captação e retenção de água. No sertão brasileiro, é muito utilizada como cerca natural e alimento para os animais, especialmente nos períodos de longas estiagens. https://www.cerratinga.org.br/especies/mandacaru)	
FONTE		CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. Dicionário tupi(antigo)português . Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em http://www.etno-linguistica.org . Acesso em: 01 de nov de 2021 CERRACATINGA.Mandacaru . Disponível em https://www.cerratinga.org.br/especies/mandacaru/ . Acesso em: 01 de nov. 2021	
IMAGEM			

Fonte: Banco de dados próprio das pesquisadoras.

Elaborado pelas autoras.

Figura 2: Ficha lexicográfico-toponímica da Rua Oiticica

TOPÔNIMO	OITICICA	TAXONOMIA	FITOTOPÔNIMO
ACIDENTE		Humano - Rua	

ORIGEM	<p>1. Árvore da família das crisobalanáceas (<i>Licaniarigida</i>), nativa do Brasil, de flores amarelas e frutos drupáceos, e de cuja semente se extrai um óleo secativo us. na fabricação de tintas e vernizes. (AULETE, versão eletrônica, 2008)</p> <p>2. Árvore da fam. das moráceas, nativa do Brasil, de raízes vermelhas, casca acinzentada cuja madeira é usada em construção civil e naval.(AULETE, versão eletrônica, 2008) [F.: <i>oiti</i> + - <i>cica</i>, do tupi <i>i'sika</i>] (AULETE, versão eletrônica, 2008)</p>
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	Elemento específicosimples (substantivo feminino)
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS	Árvore característica do bioma nordestinoque de suas sementes extrai óleo de grande valor comercial.Tem folhagem perene nas secas. É frequente nas matas Pacatuba, serra de Baturité, pé da Serra de Ibiapaba, Quixadá e Stª Cruz, no Ceará (SAMPAIO, 1987)
FONTE	AULETEversão eletrônica. 2008Disponível em https://aulete.com.br , acesso em 01 de nov. 2021 SAMPAIO. T. <i>O Tupi na Geografia Nacional</i> . 5 ed.São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1987
IMAGEM	

Fonte: Banco de dados próprio das pesquisadoras.
Elaborado pelas autoras.

Figura 3: Ficha lexicográfico-toponímica do Bairro Tambori.

TOPÔNIMO	TAMBORI	TAXONOMIA	FITOTOPÔNIMO
ACIDENTE		Humano - Bairro	
ORIGEM	<p>Bras. Angios. Árvore da família das leguminosas (<i>Enterolobiumcontortisiliquum</i>), da mata atlântica, com tronco muito grosso, copa avantajada, madeira avermelhada, macia, us. na fabricação de canoas; ORELHA-DE-NEGRO; TAMBURI; TIMBOÚVA [F.: Do tupi tambori.] (AULETE – versão eletrônica, 2008)</p>		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA	Elemento específico simples (substantivo masculino singular)		
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS	Árvore de grande porte e crescimento rápido. Comum no cerrado e na região da Floresta		

	Atlântica.Os seus troncos são usados como madeira.
FONTE	ÁRVORES DO BRASIL. Disponível em: https://www.arvores.brasil.nom.br/new/tamboril/index.htm . acesso em 02 de nov. de 2021 AULETE versão eletrônica. 2008 Disponível em https://aulete.com.br/ , acesso em 01 de nov. 2021
IMAGEM	

Fonte: Banco de dados próprio das pesquisadoras.
Elaborado pelas autoras.

6. Considerações finais

Intencionamos aqui, com uma breve amostra sobre o estudo da toponímia urbana de Ipirá-BA, tecer algumas considerações a respeito da microtoponímia da cidade, em especial sobre os fitotopônimos que integram o *corpus* da pesquisa.

A análise preliminar da amostra do *corpus* sinaliza para a presença significativa do perfil motivacional ancorado na flora brasileira. Tais resultados, embora embrionários, parecem corroborar com o que afirmam Dick (1990a), Cazarotto (2010; 2020) e Silva e Abbade (2020).

Reiterando, a nomeação de lugar é um traço cultural, como também uma relação de poder. Em função disto acreditamos que o estudo depois de concluído poderá fornecer elementos que permitam desvendar aspectos relevantes da história, da cultura, da sociedade daqueles que habitavam, transitavam e denominavam as vias urbanas da cidade de Ipirá-BA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, Celina M. de S. Allan Kardec e o léxico da doutrina espírita. In: SOBRAL, Gilberto N.; LOPES, Norma da S.; RAMOS, Jânia M. *Língua, sociedade e discurso*. São Paulo: Blucher, 2015.

AULETE DIGITAL. 2008. Disponível em: <https://aulete.com.br/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BARBOSA, Eduardo M. *crítica ao modelo atual de desenvolvimento e a transição agroecológica no semi-árido*. São Paulo: Planeta Orgânico, 2003.

BIDERMAN, Maria Teresa C. *Teoria linguística: teoria lexical e teoria computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 13-157

CARVALHO, Moacyr R. de. *Dicionário tupi (antigo) português*. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CAZAROTTO, Suely Aparecida. *Glossário de fitotopônimos Sul-Mato-Grossenses: uma proposta*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, 2010.

CAZAROTTO, Suely Aparecida. Fitotopônimos: influência da vegetação no processo de nomeação. In: _____. (Org.). *Toponímia: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: UFMS, 2020, v.2.

CERRATINGA- Disponível em: <https://www.cerratinga.org.br/especies/mandacaru/> Acesso em: 01 nov. 2021.

DICK, Maria Vicentina de P. do A. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a. p.146-96

DICK, Maria Vicentina de P. do A. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b. p. 3-133

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle O. M; FROSI, V. Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. *Métis: história e cultura*. v. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria C. (Org.). *Ecologia e Conservação da Caatinga*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. 804p.

MORI, Olga. Aspectos teóricos relevantes de las designaciones urbanas. In: ILIESCU, M.; SILLER-RUNGGALDIER, H.; DANLER, P. *Actes du XXV Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Innsbruck, 2007. 316p.

NUNES, José Joaquim. A vegetação na toponímia portuguesa. *Boletim da Classe de Letras*, Lisboa, v. XIII, p. 131-175, 1918/1919, ed.1921 [1919].

OLIVEIRA, Ana Maria P. de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: ISQUERDO, A.N.; OLIVEIRA, A.M P.P. de (Orgs). *As ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 109-16.

SAMPAIO. T. *O Tupi na geografia nacional*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

SAPIR, Edward. *Língua e ambiente: linguística como ciência*. Trad. de J. Matoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SEABRA, Maria Cândida T. C. de; SANTOS, M. M. D. dos. Toponímia de Minas Gerais em registros cartográficos históricos. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M.C.T.C. de. (Orgs). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. V. VI, 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2012, v. VI. 1956p.

SENA, Liana Mara M. de. *Conheça e Conserve a Caatinga – O Bioma Caatinga*. V. 1. Fortaleza: Associação Caatinga, 2011. 54p.

SILVA, Edileuza M. C. da; ABBADE Celina M. de S. Os fitotônimos de Natureza física da zona rural de Alagoinhas: acidentes humanos. In: ABADDE, C.M. de S.; CARVALHO, C. dos S.; SANTOS, E.S. dos. (Orgs). *Linguagem, discurso e sociedade: caminhos que se entrecruzam / Salvador: EDUFBA, 2020*.

SILVA, Ana Cecília da C; PRATA, Ana Paula do N; MELO, Anabel Aparecida de. *Guia de Campo: flores e frutos da Caatinga no monumento natural Grota do Angico*. Aracaju: PerSe, 2014. 168p.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. A alimentação e a construção da identidade sertaneja em Seara Vermelha. In: LOPES, N.; SOBRAL, G.N.T. *A Bahia em perspectivas diversas: língua e discurso*. Salvador: Quarteto, 2015. p. 109-30

_____. Uma análise lexicológica dos instrumentos e das relações de trabalho em Seara Vermelha, de Jorge Amado. *Revista A Cor das Letras*, v. 18, n. 2, p. 294-302, Feira de Santana, maio-agosto, 2017.

Outras fontes:

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 out.2021.

INEMA-INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/>Acesso em: 29 Out. 2021.

SEPLAN-SECRETARIA DO PLANEJAMENTO-BA. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br. Acesso em: 29 out. 2021.